

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

**REPETÊNCIA E DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE
ENSINO FUNDAMENTAL DE SANTA CATARINA: UM ESTUDO A PARTIR DOS
DADOS DA PROVA BRASIL 2011.**

Marcos Rogério dos Santos

Trabalho de Conclusão de Licenciatura,
do Curso de Ciências Sociais, do Centro
de Filosofia e Humanas (CFH) da
Universidade Federal de Santa Catarina
(UFSC).

Orientador: Prof. Dr. Erni José Seibel

**Florianópolis,
Julho de 20**

**REPETÊNCIA E DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO
FUNDAMENTAL DE SANTA CATARINA: UM ESTUDO A PARTIR DOS DADOS DA PROVA
BRASIL 2011**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de Licenciado e aprovado em sua forma final pelo Curso de Ciências Sociais.

Florianópolis, 26 de julho de 2013.

Prof. Dr. Erni José Seibel
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Tiago Bahia Losso
Coordenador do Curso
Universidade Federal de Santa Catarina

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Erni José Seibel
Presidente
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof^a.Dr^a.Lígia Helena Hahn Lüchmann
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. José dos Nascimento
Centro Universitário Municipal de São José

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo identificar o perfil racial e o sexo dos estudantes do 5º ano, que pertencem aos quadros de (repetência e distorção idade-série) nas escolas públicas de Ensino Fundamental de Santa Catarina. Parte-se da hipótese de que, os fenômenos de desigualdade escolar exibidos pelas estatísticas educacionais sejam maiores entre estudantes do Ensino Médio, com destaque para meninos pobres e negros. Nesse sentido, serão analisados alguns resultados dos dados compilados do “Questionário Aluno da Prova Brasil - 2011”. Com auxílio do software SPSS serão realizados procedimentos estatísticos a partir de variáveis preditoras extraídas dos questionários respondidos pelos alunos. A construção de tabelas, frequências, cruzamentos e gráficos, resultaram em considerações que ajudam na identificação do perfil e sexo dos estudantes que, embora, participantes de um mesmo sistema de ensino apresentam participação distintas nos fenômenos de desigualdade escolares.

Palavras-chave: Raça/cor. Sexo. Políticas Educacionais. Repetência. Distorção Idade-Série. Sociologia da Educação.

1 PENSANDO A TEMÁTICA

A literatura do campo educacional destaca que os fenômenos escolares: repetência e distorção idade-série são dois problemas antigos no sistema educacional brasileiro e que perduram até os dias atuais. O que ainda concerne essa situação no Ensino Fundamental, e que tem chamado atenção são os altos índices de estudantes do Ensino Médio em tais circunstâncias, com destaque para meninos pobres e negros. Uma realidade que não pode ser considerada como sendo uniforme, uma vez que os resultados provenientes dos distintos estados e regiões apresentam indicadores educacionais distintos.

Com base no anteposto a presente pesquisa tem como objetivo identificar o perfil racial e o sexo dos estudantes do 5º ano, do Ensino Fundamental, que pertencem aos quadros de (repetência e distorção idade-série) nas escolas públicas de Ensino Fundamental de Santa Catarina¹. Pois, se os fenômenos escolares anteriormente citados, também existem no Ensino Fundamental, qual o perfil racial e o sexo dos estudantes que compõem tais quadros nas escolas catarinenses?

Para atingir o objeto proposto, analisaremos os resultados compilados do questionário “ALUNOS” da Prova Brasil-2011. Com auxílio do *software* estatístico SPSS, e serão produzidos: cruzamentos, frequências, gráficos e tabelas, a partir das variáveis preditoras, entre as quais, sexo, raça/cor e idade para declaradas pelos estudantes os quais participaram da Prova Brasil. Com base nas reflexões preconizadas por distintos autores do campo da Sociologia da Educação, pretendemos fundamentar as hipóteses e reflexões que serão construídas e apresentadas ao longo do texto.

2. RECONHECENDO ALGUMAS DAS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL BRASILEIRO E CATARINENSE

A literatura do campo educacional destaca que a década de 1990, desponta no contexto brasileiro e catarinense como um marco na construção do sistema público de ensino. Os esforços realizados outrora para superar as desigualdades de acesso à escola pública encontram, no decorrer dos anos 1990 e seguintes, os meios necessários para implantação de um amplo sistema de ensino pautado no princípio da *igualdade de oportunidades* para todos.

Um modelo de escola característico das sociedades democráticas, as quais, segundo Dubet (2004, p. 541), elegeram convictamente o mérito como um princípio essencial de

¹ Este trabalho é um dos resultados do Projeto Análise e Avaliação dos Indicadores Educacionais da Região Sul, projeto aprovado pelo edital OBEDUC 2010, CAPES/INEP que está sendo desenvolvido no Núcleo Interdisciplinar em Políticas Públicas - NIPP/UFSC.

justiça, no qual a escola é considerada justa, pois todos os que nela adentram podem obter sucesso à medida que se esforçarem.

Se analisado a partir de uma perspectiva formal, o novo modelo de escola, além de possibilitar o acesso aos bancos escolares e ao ensino gratuito, permite também que todos os estudantes, em princípio, visem não só à excelência, mas também às áreas de maior prestígio, todavia, “desde que autorizados por seus resultados escolares” (DUBET, 2004, p. 542). Nessa perspectiva, o bom desempenho do estudante nas distintas modalidades de avaliação se constitui na força motriz capaz de possibilitar a progressão na trajetória escolar e, conseqüentemente, em outras esferas da sociedade.

Com base nos números universais apresentados pelo (Censo da Educação, 2011), referente ao número de matrículas processadas anualmente no sistema de Ensino Fundamental em nível nacional, é possível reconhecer um quadro favorável para realização de matrículas conforme os dados os dados referentes ao 5º e 9º ano apresentados na tabela seguir.

Nível de ensino 5º e 9º ano	
Período correspondente	2007: 14.339.905
	2009: 14.409.910
	2011: 13.997.870

Tabela 1: fonte- Censo Escolar- elaborado pelo autor.

Como base nos números apresentados, é possível inferir que os efeitos das políticas educacionais estão sendo positivos, sobretudo quanto à possibilidade de atender a demanda por vagas no sistema de ensino fundamental brasileiro e catarinense. O que pode ser comprovado com os resultados do Censo Demográfico - Amostra e Educação (IBGE, 2010), os quais evidenciam que o número de crianças e adolescentes com idade correspondente ao 5º e 9º ano, isto é, entre 10 e 14 anos, é de 17.167.135² cidadãos, número esse que se aproxima das cifras de matrículas processadas nos anos anteriormente citados.

Como é possível observar, o advento da educação para todos aparenta estar deixando excelentes resultados, pelo menos de ordem quantitativa. Em contrapartida, Valle e Ruschel (2009, p. 180) delineiam que, ao mesmo tempo em que se comemora desde outrora a importante conquista jurídica do direito à educação para todos os brasileiros, em paralelo a

²Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=3175>>. Acesso em: 12 jun. 2012.

esse processo, mesmo com medidas práticas tomadas pelos agentes públicos, persistem *altos índices de repetência, e defasagem idade-série*, entre outros.

Nesse mesmo íterim, os resultados do Censo Demográfico - Amostra e Educação (IBGE, 2010³) denunciam que o quadro de brasileiros sem instrução ou com ensino fundamental incompleto é de 50,24%. Um número expressivo, sobretudo se considerarmos que estamos num país que, há mais de duas décadas, universalizou o acesso ao Ensino Fundamental. Diante desse quadro, parece oportuno perguntar: mas o que justifica a existência de percentuais tão elevados de cidadãos sem ou com escolaridade básica incompleta, sobretudo num país que constitucionalmente garante aos seus cidadãos o direito à educação? Se pensarmos apenas nos estudantes que não conseguem ultrapassar o sistema seletivo, ou melhor avaliativo da escola e conseqüentemente são expostos a sucessivas reprovações, o que legitima tais práticas pedagógicas?

As informações apresentadas pela pesquisadora Teresa Seabra contribuem para se pensar e (re)repensar, pelo menos em parte, o processo de exclusão desenvolvido no sistema público de ensino brasileiro, pois, segundo a autora, nos dias atuais, assim como no passado, a escola continua excluindo, todavia, na atualidade,

[...] se exclui de uma maneira permanente e sutil, através de uma seleção cada vez mais precoce [...], por meio de [...] práticas de exclusão doces, ou melhor, insensíveis, no duplo sentido contínuas, graduais e imperceptíveis, despercebidas, tanto pelos que as exercem como para os que a elas se sujeitam. (2008, p. 79).

No entanto, se analisado segundo a perspectiva de Durkheim (1978), o papel seletivo desenvolvido pelo sistema de ensino se configura como sendo primordial, uma vez que as pessoas não podem e nem devem ser dedicar ao mesmo gênero de vida, às mesmas aptidões. Todavia, qual o papel reservado para os excluídos da educação numa sociedade em que a educação ainda é considerada um dos principais fatores para se alcançar mobilidade social?

Outras informações que possibilitam ampliar o olhar sobre o processo seletivo produzido no interior do sistema de ensino vêm das contribuições de Rodrigues, o qual menciona que

³ Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=3540&z=t&o=1&i=P>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

[...] no livro chamado os Herdeiros, os autores (Bourdieu em colaboração com Passeron) atacam o discurso dominante, segundo o qual a conquista de uma 'escola para todos', de caráter igualitário, tornaria possível a realização das potencialidades humanas. E o fazem colocando em evidência o que a instituição escolar dissimula por trás de uma aparente neutralidade, ou seja, justamente a reprodução das relações sociais e de poder vigentes. Encobertos sob as aparências de critérios puramente escolares estão os critérios sociais de triagem e de seleção dos indivíduos para ocupar determinados postos da vida. [...] O sistema de ensino filtra os alunos sem que eles se deem conta e, com isso, reproduz as relações vigentes. (2007, p.72).

Embora as reflexões e conceitos preconizados por Bourdieu e Passeron se refiram ao sistema de ensino francês, os dados históricos e empíricos da realidade educacional brasileira ilustram e evidenciam a pertinência das premissões apresentadas por esses autores.

Pois, se, de um lado, temos um sistema educacional reconhecido como sendo em amplo sentido democrático, por promover o acesso de grande parcela da população que historicamente estava à margem do sistema de ensino para o interior das escolas. As estatísticas educacionais indicam que contraditoriamente, esse mesmo sistema tem contribuído para viabilizar outra forma de exclusão que se produz e reproduz no interior do sistema escolar, o que nos faz ter impressão de que “passamos da exclusão da escola para a exclusão na escola” (OLIVEIRA, 2006, p. 671). Se outrora a exclusão se dava pela ausência de um número expressivo de vagas, nos dias atuais, ocorre um processo inverso, sobretudo no que diz respeito ao Ensino Fundamental.

Os pesquisadores Forgiarini e Silva (2007, p.28), ao pesquisar sobre o aumento do *fracasso escolar*, tais como, repetência e distorção idade-série, destacam que esse fenômeno ganhou maiores proporções à medida que um número expressivo da população, formada por membros das classes trabalhadoras urbanas e rurais, passou a ter acesso à escola pública e gratuita. Uma constatação que, *a priori*, contribui para o reconhecimento do sucesso alcançado pelas políticas educacionais, cuja prioridade consistia em gerar possibilidade de acesso aos bancos escolares, contudo, por meio de “[...] uma oferta escolar perfeitamente igual e objetiva, ignorando as desigualdades sociais dos alunos” (DUBET, 2004, p. 542). Uma ação preconizada num período histórico em que se difundiu o advento de uma sociedade aberta e democrática, na qual, o acesso ao sistema de ensino público e gratuito possibilitaria igualdades de oportunidades, de modo que os

[...] indivíduos competiriam dentro do sistema de ensino, em condições iguais, e aqueles que se destacassem por seus dons individuais seriam

levados, por uma questão de justiça, a avançar em suas carreiras escolares e, posteriormente, a ocupar as posições superiores na hierarquia social. (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p. 16).

Por conseguinte, a integração de estudantes com distinto capital familiar, capital social, capital cultural, gênero, raça/cor, expectativas e interesses, exposto num mesmo sistema de ensino. Onde os métodos de avaliação e ritos pedagógicos se pautam em padrões homogeneizantes, contribui para o surgimento de uma competição injusta, a qual, se pensada segundo a perspectiva bourdiana, passou a favorecer “os mais favorecidos e desfavorecer os menos desfavorecidos” (BOURDIEU, 2003, p. 53).

Nesse contexto, os estudantes “vencidos”, os alunos que fracassam, não são mais vistos como vítimas de uma injustiça social e sim como responsáveis por seu fracasso, pois a escola lhes deu, *a priori*, todas as chances para ter sucesso como os outros” (DUBET, 2004, p. 543), a começar pela oportunidade de acesso ao interior do sistema de ensino, no qual todos passaram a ser vistos sob um mesmo prisma, independente de sua realidade *ad extra* ao sistema de ensino.

A impressão que se tem é que estamos diante de uma realidade que aparenta não se deixar vencer pelas reformas político-educacionais; pelo contrário, parece encontrar nos desdobramentos provocados por tais reformas a estrutura necessária para produção dos fenômenos da *desigualdade no desempenho escolar*, provocando a “[...] sensação de que o tempo passa, mas alguns problemas permanecem praticamente intocados, apesar das intenções demagógicamente proclamadas por tantos políticos e dos esforços sinceramente empreendidos por muitos pesquisadores e educadores”. (PATTO, 1993, p. 106).

3. UMA LACUNA PRODUZIDA E REPRODUZIDA AO LONGO DA HISTÓRIA

O fenômeno das desigualdades no desempenho escolar tem, segundo Henriques (2001), contribuído para a produção da diferença educacional entre negros e brancos. Um *hiato* que, na perspectiva de Valverde e Stocco (2009), tem se mantido mesmo com as melhorias quantitativas no sistema educacional.

O que tem se constituindo num paradoxo, em que estudantes negros e brancos, participantes de um mesmo sistema de ensino, apresentam resultados de desempenho completamente alheios, ao passo que não há sequer “um indicador educacional que haja uma inversão de posições, com negros à frente dos brancos” (VALVERDE; STOOCO, 2009, p.

912). Esse retrato de desigualdade, segundo a literatura, é atribuído às consequência da tríade desestruturação familiar, baixa condição socioeconômica e inserção precoce no mercado de trabalho, fatores estes que eximem qualquer responsabilidade da ação pedagógica da escola ou do pertencimento racial dos estudantes.

Os pesquisadores VALVERDE e STOOO (2009, p. 914) consideram que fatores de ordem familiar, socioeconômicos e relacionados ao mundo do trabalho podem, sim, contribuir diretamente para a existência de desigualdades no desempenho escolar; contudo, não são suficientes para explicar a diferença entre a elevada taxa de distorção idade-série entre negros e brancos, uma vez que o percentual de alunos negros em defasagem idade e série cursada é quase o dobro, se comparado ao de alunos brancos.

As considerações antepostas, parecem sugerir que estamos diante de uma cultura que se pauta no alicerce das aptidões, do dom natural, um modelo que, para Dubet (2004, p. 544) quando aplicado

[...] em uma sociedade democrática, ou seja, em uma sociedade que em princípio postula a igualdade entre todos, o mérito pessoal é o único modo de construir desigualdades justas, isto é, desigualdades legítimas, já que as outras desigualdades, principalmente as de nascimento, seriam inaceitáveis.

Por conseguinte, o mapa da desigualdade escolar entre negros e brancos, em nível nacional, exibido pelo Censo Demográfico - Amostra e Educação (IBGE, 2010⁴), apresenta-se como um exemplo claro das consequências protagonizadas pela diferença de desempenho escolar entre negros e brancos ao longo do processo histórico.

Ao analisar o quadro composto por jovens com idade entre 15 e 17 sem instrução ou com Ensino Fundamental incompleto, percebemos que 0,90% são brancos e 1,79% são negros. Uma diferença que cresce ao passo que aumenta a idade, por exemplo, no grupo com idade entre 25 e 29 anos, 0,98% são brancos e 1,94% são negros. Consequentemente, a diferença persiste também no quadro daqueles que já concluíram o curso superior. Na faixa etária dos que têm entre 30 e 34 anos, 0,93% dos brancos concluíram o curso superior, enquanto que entre os negros apenas 0,35%. Já entre os que têm entre 40 e 44 anos, 0,67% dos brancos e apenas 0,25 % dos negros têm nível superior completo.

⁴ Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=3540&z=t&o=1&i=P>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

Nesse mesmo íterim, o Censo Demográfico - Amostra e Educação (IBGE, 2010⁵) referentes à Santa Catarina, exibe resultados com uma diferença ainda maior, por exemplo, entre os jovens com faixa etária entre 15 e 17 anos com Ensino Fundamental e Médio completo, 0,37% são brancos e apenas 0,05% são negros. Uma diferença que aumenta à medida que aumenta a escolaridade, em se tratando de quem possui curso superior completo, 1,16% dos que se autodeclaram brancos possuem formação superior, contra apenas 0,7% dos negros.

Trata-se, portanto, de um retrato de desigualdade que nos motivou a procurar possíveis respostas, a avançar na discussão e compreensão dos determinantes que contribuem para existência de uma diferença escolar tão grande entre negros e brancos. A tentar identificar os níveis de repetência e distorção idade-série entre os estudantes do Ensino Fundamental, uma vez que outros estudos têm apresentado, sobretudo, resultados do Ensino Médio. Diante do anteposto, é possível reconhecer a relevância de se identificar o perfil racial e o sexo dos estudantes que estão em situação de fracasso, ou seja, repetentes e em distorção idade-série nas escolas públicas de Ensino Fundamental catarinense.

4. UM ESTADO PRECURSOR NA IMPLANTAÇÃO DE POLITICAS EDUCACIONAIS

A trajetória da educação pública tem apresentado um número expressivo de intervenções governamentais, políticas educacionais que desde outrora procuram fortalecer a expansão e melhoria da qualidade da educação pública no país. Neste sentido, o estado de Santa Catarina, pode ser reconhecido como sendo um dos pioneiros na implantação de tais medidas. Ao longo de 2011, o Ministério da Educação sugeriu que nas secretarias de educação do país não fossem reprovados os alunos matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental, tendo em vista não desmotivar os estudantes a continuar sua trajetória escolar. Uma resolução que já havia sido tomado no estado catarinense no ano de 2007.

Nesse mesmo íterim, Bittencourt, Lemos e Koch (2006), destacam que a implantação de medidas tais como o *Sistema de Avanço Progressivo* e *Classes de Aceleração*, entre outras, são algumas das iniciativas implantadas, ao longo das últimas décadas, no sistema público de ensino catarinense, para conter os principais determinantes que contribuem para a existência e

⁵ Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=3540&z=t&o=1&i=P>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

permanência dos fenômenos escolares, reconhecidos por fragmentar precocemente a trajetória escolar de um número expressivo de estudantes.

Em paralelo, as informações divulgadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD⁶), destacam que o estado de Santa Catarina, nos últimos dez anos tem apresentado um dos melhores Índices de Desenvolvimento Humano-IDH, do Brasil, perdendo apenas para o Distrito Federal.

Conseqüentemente, os resultados das medidas educacionais, somado ao alto IDH, aparenta estar contribuindo de modo significativo para obtenção de resultados favoráveis para o Ensino Fundamental. Os dados referentes ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)⁷ de 2011, divulgados pelo Ministério da Educação (MEC), destacam que Santa Catarina é o estado brasileiro que apresentou as melhores combinações entre taxa de aprovação e desempenho de estudantes em avaliações de português e matemática. Um conjunto de fatores que credencia o estado catarinense a não apresentar quadros de desigualdades educacionais, uma vez que existem fatores favoráveis para produção de resultados homogêneos nos mais distintos níveis de escolaridade.

5. ESTUDANTES DO 5º ANO PARTICIPANTES DA PROVA BRASIL 2011

A base de dados a qual disponibilizamos contempla os resultados de 68.257 estudantes do 5º ano, matriculados nas escolas públicas de Ensino Fundamental, localizadas em Santa Catarina. Uma amostra que confere um alto grau de validade estatística para este estudo.

Uma vez que o estudo tem como objetivo identificar o perfil racial e o sexo dos estudantes que compõem o quadro de repetência e distorção idade série. A análise a ser desenvolvida visa considerar apenas as variáveis do questionário “ALUNOS” que possibilitem reconhecer tais situações. Neste sentido, os cruzamentos e frequências que resultaram nos gráficos que serão apresentados no texto derivam das seguintes questões:

⁶O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) baseia-se em três indicadores: longevidade, medida pela expectativa de vida ao nascer; nível educacional, medido por uma combinação da alfabetização adulta mais a taxa de escolaridade combinada do fundamental e superior (ponderação de um terço); e padrão de renda, medido pelo PIB real *per capita*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx>>. Acesso: 10 maio. 2013.

⁷ O Ideb é reconhecido como sendo uma iniciativa pioneira capaz de reunir, num só indicador, dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações. Os indicadores são produzidos a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos a partir de dados produzidos pelo Censo Escolar e pela Prova Brasil, ambos aplicados em nível nacional. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/portal-ideb/o-que-e-o-ideb>>. Acesso em: 2 out. 2012.

Questão nº 1: “Em que ano você nasceu?”. Com base nesta pergunta, é possível inferir a cronologia autodeclarada pelo estudante que respondeu o questionário da Prova Brasil e, desse modo, identificar os que estão em *distorção idade-série*, ou seja, com idade acima da estabelecida pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB)⁸ para cada ciclo de estudo, que, para o 5º ano, corresponde a 10 anos.

Questão nº 2: “como você se considera”? Ao assinar a referida questão o estudante tem a possibilidade de autodeclarar sua raça/cor, que em se tratando da Prova Brasil, pode ser segundo as categorias raciais branco, pardo, preto, amarelo e indígena. Todavia, nos limitamos a tríade: branco, pardo e preto, haja vista que o grupo de amarelos e indígenas apresenta um percentual pequeno de estudantes.

Ao contrário de outros estudos que unem os grupos de estudantes pardos e pretos, criando o grupo dos estudantes negros, optou-se por pesquisar separadamente as categorias *preto, pardo e branco*, pois o número de estudos os quais consideram a categoria racial preto ainda é inexpressivo.

Questão nº 38: “Você já foi reprovado?”. O Estudante, ao responder à pergunta em questão, teve a possibilidade de manifestar se nunca foi reprovado ou se já reprovou uma ou mais vezes. A análise dessa questão permite reconhecer o percentual de estudantes que compõem o quadro dos repetentes e não repetentes matriculados na série que está sendo analisada.

Convém destacar que, embora o estudo esteja restrito as três questões antepostas, o Questionário “ALUNOS” da Prova Brasil é composto por 47 questões, o qual produz um amplo banco de dados, perfazendo questões familiares e referentes à demografia do aluno e à trajetória escolar, uma variedade de itens que, segundo Franco *et al.* (2003, p. 41) “desempenham o papel de oferecer fatores explicativos contextuais para a modelagem não só da proficiência, mas construtos que caracterizam o perfil sociodemográfico do aluno, da família e fatores relacionados à escola”, constituindo-se num aporte para construção de novos estudos.

6. REPETÊNCIA SEGUNDO A RAÇA/COR AUTODECLARADA

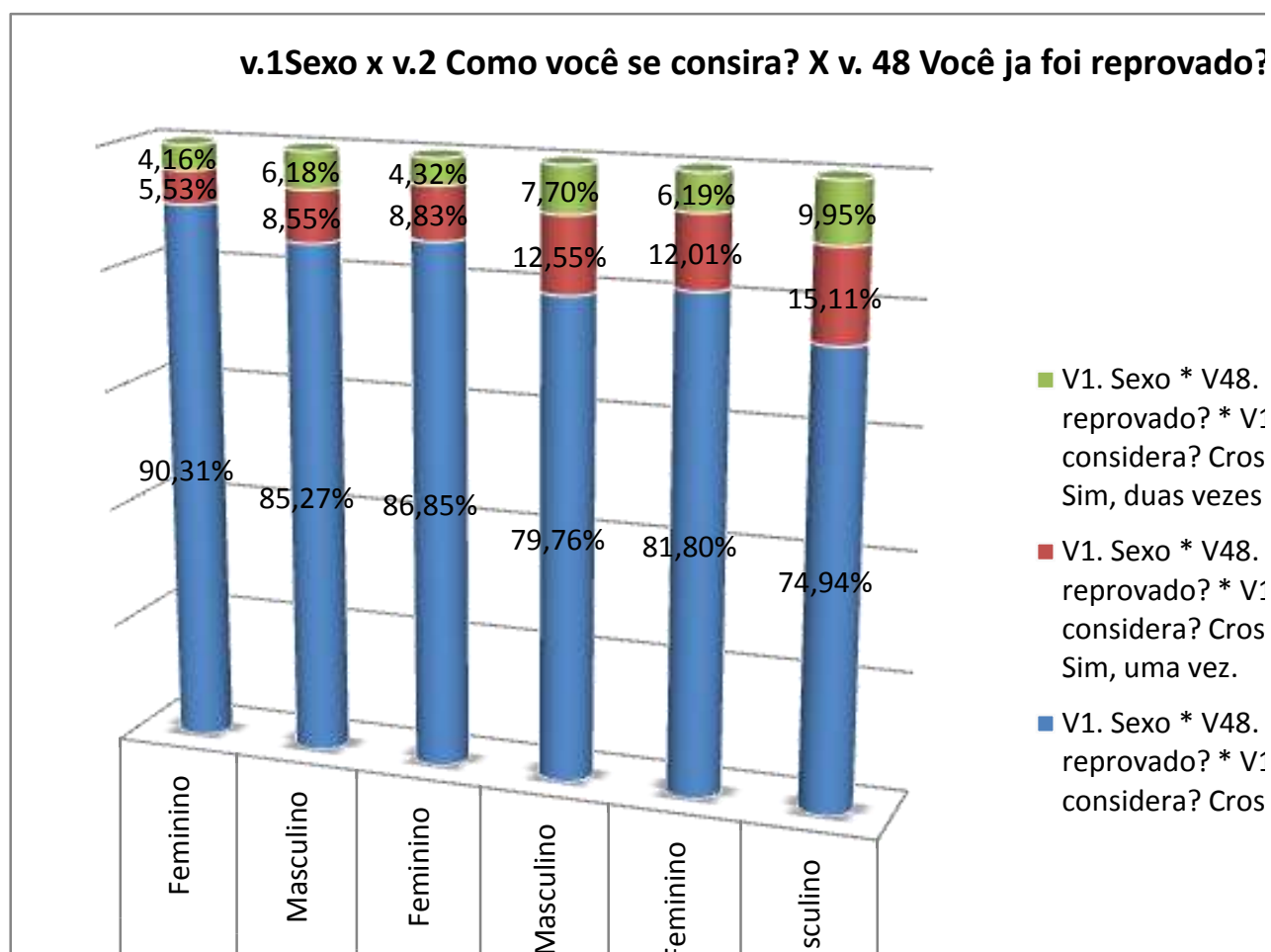
A literatura do campo educacional destaca que dentre os fenômenos de educação escolar produzido no interior do sistema público de Ensino Fundamental, a repetência ou

⁸ Conferir Art. 28, da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9.394, 20 de dez. de 1996.

retenção pode ser considerada como sendo um dos principais fatores que contribuem para fragmentação precoce da trajetória escolar dos estudantes.

Para a construção do indicador *repetência* foi realizado o cruzamento de três perguntas extraídas do questionário “ALUNOS”, cujas respostas possibilitaram a criação de um indicador de repetência, segundo raça/cor e sexo, declarada pelos estudantes, conforme o gráfico número 1 apresentado a seguir:

Gráfico número 1: repetência entre estudantes do 5º ano



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Questionário - Aluno - Prova Brasil-2011.

Como é possível perceber, o retrato do quadro de repetência apresenta um conjunto de respostas heterogêneo, no qual as variáveis *sexo e raça/cor* são preponderantes para interpretar o conjunto das respostas apresentadas pelos distintos grupos que compõem o gráfico 1.

A começar pelos resultados dos dados correspondentes aos percentuais de respostas declaradas pelos grupos femininos em destaque na coluna de cor azul, é possível perceber que 89% autodeclaradas brancas ainda não repetiram o ano, percentual que entre as estudantes pardas perfaz 86,85%, números que entre as pretas se reduz para 81,80%. Todavia, ao nos voltarmos para os grupos que declaram ter reprovado uma vez ou mais, é possível reconhecer que a composição das respostas passa a ser mais expressiva entre as estudantes não brancas, ao passo que entre aquelas que declaram ter reprovado uma vez ou mais, a distribuição dos grupos ficou da seguinte forma, 5,53% brancas, 8,83% pardas e 12,01% pretas. Ao passo que entre aquelas as quais já reprovaram duas vezes ou mais, as repostas perfazem: 4,16% brancas, 4,32% pardas e 6,19% pretas.

O conjunto de respostas declaradas pelos grupos das estudantes indica que pertencer ao grupo das estudantes autodeclaradas brancas, reduz as chances de reprovar de ano, haja vista que a participação das estudantes não brancas é mais expressiva entre aquelas as quais já repetiram o ano uma vez ou mais.

Ao nos voltarmos para os grupos dos estudantes é possível perceber que a situação antagônica encontrada entre as estudantes se repete, contudo, com percentuais mais expressivos entre aqueles que já repetiram o ano.

A soma dos estudantes brancos que declaram nunca ter reprovado é de 85,27%, já entre os pardos equivale 79,76% e entre os pretos a 74,94%. No entanto, entre aqueles que já reprovaram uma vez ou mais, o número de não brancos apresenta um conjunto maior de respostas distribuídos da seguinte forma: 8,55% brancos, 12,55% pardos e 15,11% pretos. À medida que aumenta os anos de reprovação, cresce a participação de estudantes não brancos, o que é possível perceber entre aqueles que repetiram o ano duas vezes ou mais, 6,18% são brancos, 7,70% são pardos e 9,95% pretos.

A maior representação dos estudantes do sexo masculino, quando comparada aos resultados das estudantes, converge para as considerações apresentadas por Pinto (2001, p. 555), a qual expõe que

[...] as estatísticas nacionais, embora precárias no que se refere à desagregação por sexo, não deixam dúvidas quanto à diferença de desempenho escolar entre meninos e meninas em todo o ensino fundamental e médio. Pode-se tomar os dados sobre evasão e repetência ou as informações sobre defasagem entre série cursada e idade da criança: qualquer dessas cifras indica que os meninos teriam maiores dificuldades escolares.

No entanto, o resultado em questão adverte que a variável raça/cor apresenta estreita ligação com o quadro dos repetentes, uma vez que a incidência de repetência ganha contornos mais elevados entre os estudantes, sobretudo pardos e pretos.

Para fins de comparação recorreremos aos resultados da pesquisa realizada por (SANTOS, 2012), acerca dos estudantes do novo ano. Com base nos resultados apresentados⁹ pelo autor é possível inferir que o nível de repetência é mais expressivo entre os estudantes com maior trajetória escolar, assim como tem sido preconizado pelas estatísticas educacionais, cujos resultados convergem para uma maior participação segundo o sexo e raça/cor entre os estudantes não brancos, seja no Ensino Fundamental ou Médio. Isto é, uma disparidade que parece encontrar sentido nas colocações de Arroyo (2000, APUD NUNES, 2000, p.16), o qual defende que “existe entre em nós uma cultura do fracasso que se alimenta dele e o reproduz. Cultura que legitima pratica rotula fracassos, trabalha com preconceitos de raça, gênero e classe, e que exclui porque reprovar faz parte das práticas de *ensinar-aprender-avaliar*”. Uma cultura a qual parece ser produzida e reproduzida nos distintos ciclos de ensino. Mas, quais as explicações possíveis para que as trajetórias escolares resultem em quadros tão desiguais?

A existência, bem como perpetuação das desigualdades educacionais produzidas entre estudantes de diferentes raça/cor participantes de um mesmo sistema de ensino parecem sugerir que

[...] a democratização do acesso não é mais suficiente. É necessário construir uma ‘democratização pelas finalidades e pelo funcionamento’: Os percursos escolares podem se tornar menos desiguais socialmente se as condições de acesso forem modificadas, se a auto-seleção de certos grupos sociais for eliminada, se os veredictos deixarem de ser excludentes, se os conteúdos curriculares dotarem as novas gerações de instrumentos de análise e de ação, indispensáveis à sua emancipação e à transformação social. (VALLE, 2008, p. 95).

O avanço das pesquisas no campo educacional gradativamente tem contribuído para “desnaturalizar” o que tanto o senso comum como outros meios comumente utilizam para justificar a existência de desigualdades escolares com base em argumentos clássicos, como condições socioeconômicas, questões familiares, ausência de interesse dos estudantes. O grande contingente populacional que passou pelo sistema de ensino e saiu com escolaridade básica incompleta é um exemplo claro de que o atual modelo de escola precisa ser revisto.

⁹ Anexo 1

7. DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE: QUAL O PERFIL RACIAL DOS ESTUDANTES COM IDADE ACIMA DA MÉDIA?

O intervalo de um ano tem sido apresentado em alguns estudos (PINTO, 2006), (SOARES; SÁTYRO, 2008) como sendo a medida ideal para diagnosticar a distorção em relação à idade e à série cursada, critério que vai ao encontro do que é apresentado no Dicionário de Indicadores Educacionais do (MEC/INEP, 2004). Todavia, no sistema de ensino brasileiro, a Lei de Diretrizes Básicas (LDB) sugere apenas a idade ideal para que a criança seja matriculada no primeiro ano de escolarização obrigatória, fica a cargo das secretarias de educação estabelecer uma data limite para que a idade seja completada. A literatura indica que tem se sobressaído a adoção do primeiro trimestre de cada ano como sendo o tempo limite para se completar a idade ideal para que a criança possa ser matriculada na primeira série do ensino fundamental.

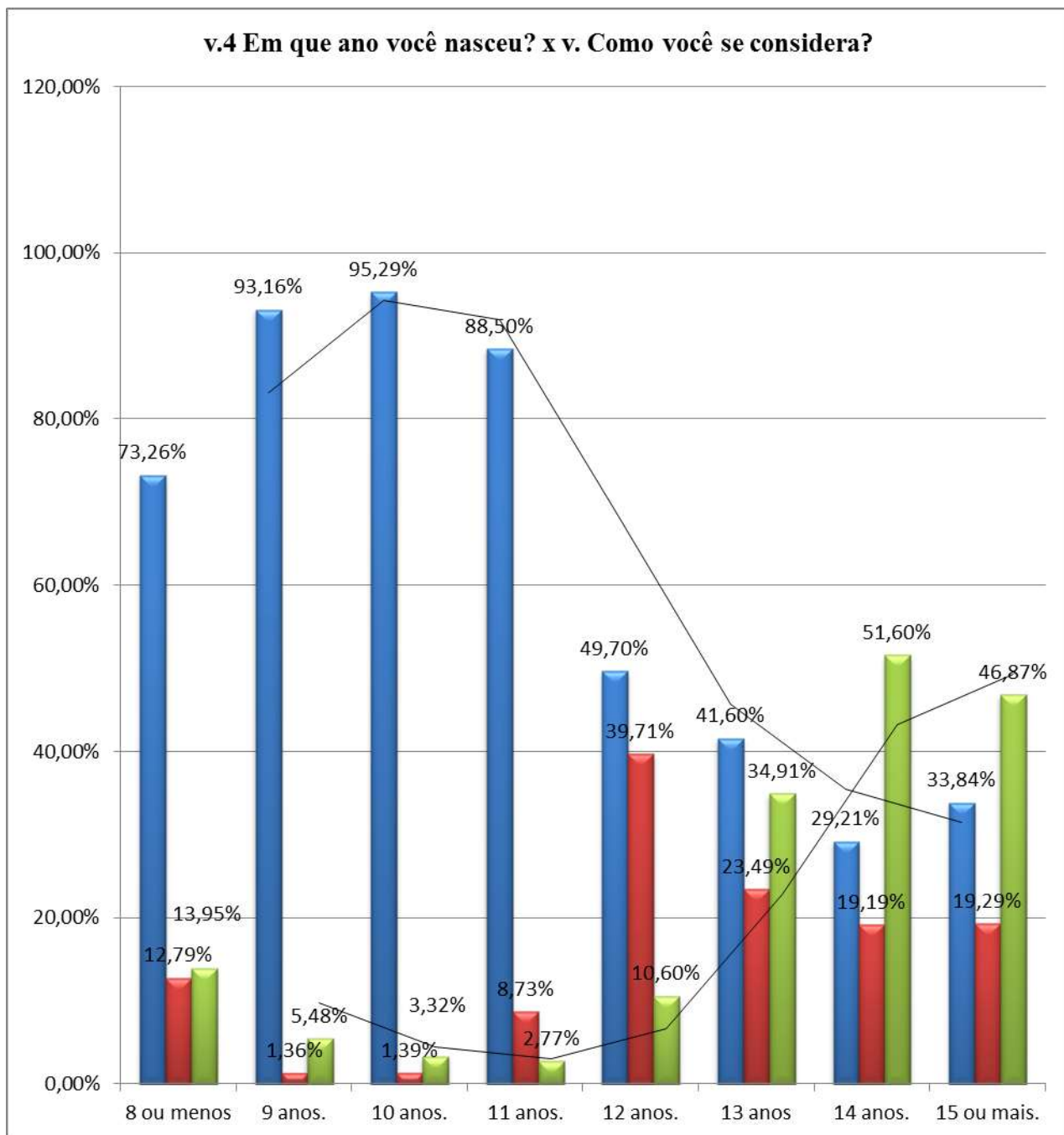
Nesse sentido, optamos por computar apenas os estudantes cujo aniversário é celebrado até março de 2000. Desse modo, foi adotada a medida de um ano de atraso, entretanto, não vamos considerar os estudantes que estão em distorção por motivos referentes à realização da matrícula em atraso, alusiva a 1999, ano base para reconhecer os estudantes que em 2011 estavam com a idade compatível com a série cursada, ou seja, 10 anos.

Para a construção do indicador *distorção idade-série* foi realizado o cruzamento de duas perguntas extraídas do questionário ALUNO, cujas respostas possibilitou traçar um mapa do perfil *etário, sexual e racial* dos estudantes em atraso, o que resultou no Gráfico 2.

Segundo o conjunto de respostas assinaladas para o ano de nascimento, o grupo de estudantes em *distorção idade-série* apresenta um quadro cuja idade oscila entre 8 ou 15 anos. No entanto, vale considerar que o estudante ao assinalar 15 anos, conta com a opção *ou mais*. Todavia, mesmo considerando apenas os que nasceram entre 1994 e 2000, a diferença em relação à série cursada pode chegar até cinco anos de atraso. Tamanho atraso nos faz pensar que a reconhecida “universalização” do ensino fundamental só aconteceu no quesito acesso, uma vez que o processo de conclusão dos ciclos de ensino, a exemplo da série analisada, apresenta um retrato heterogêneo das trajetórias escolares dos estudantes pertencentes a uma mesma série.

Para a construção do indicador *distorção idade-série* foi realizado o cruzamento de três perguntas extraídas do questionário “ALUNOS”, cujas respostas possibilitou traçar um mapa do perfil *etário, sexual e racial* dos estudantes em atraso, o que resultou no gráfico 2 apresentado a seguir:

Gráfico número 2: estudantes do 5º ano em distorção idade série



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados do Questionário - Aluno - Prova Brasil-2011.

O conjunto de respostas assinaladas para o ano de nascimento apresenta um conjunto de respostas com significativas variações, sobretudo, quando observado segundo a raça/cor autodeclarada. As oscilações apresentadas ao longo do gráfico nos faz pensar que a reconhecida “universalização” do ensino fundamental só aconteceu no quesito acesso, uma vez que o processo de conclusão dos ciclos de ensino, a exemplo da série analisada, apresenta um retrato heterogêneo das trajetórias escolares dos estudantes pertencentes a uma mesma série.

Nesse sentido, ao nos voltarmos para o conjunto de diferenças apresentadas por cada grupo, percebemos que as linhas de tendências construídas com base nas respostas declaradas pelos distintos grupos de estudantes se desenvolve apresentando oscilações, com tendência a decrescer ao longo dos cinco primeiros anos, e termina com acentuado crescimento nos anos de maior distorção, com maior representatividade entre os estudantes não brancos.

A partir do segundo ano de distorção, ou seja, 12 anos as duas linhas de tendência passam a sinalizar o paradoxo que se constrói quando consideramos a variável raça/cor. Se entre os estudantes autodeclarados brancos, os quais são representados pela coluna azul, a taxa de distorção tende a diminuir nos anos de maior atraso. No entanto, entre pardos e, sobretudo, os que se autodeclararam pretos, a linha de tendência tracejada sobre as colunas vermelhas e verdes, tende a crescer, sinalizando que a incidência de maior atraso encontra-se entre os estudantes não brancos. O que fica evidente nos grupos com idade superior a treze ou anos. Com três anos de atraso o grupo dos estudantes brancos perfazem 41,60%, pardos 23,49% e pretos 34,91%. Já entre aqueles com 4 anos de distorção a representação 29, 21% são brancos, 19,19% pardos, e 51,60% pretos. Em situação semelhante estão aqueles com 5 anos ou mais de defasagem, 33,84% são brancos, 19,29% pardos e 46,87% pretos.

Os resultados indicam que o fenômeno distorção idade-série tem maior representatividade entre os estudantes não brancos. Uma realidade que se acentua entre as aqueles que com maior idade. À medida que a incidência dos anos de distorção vai se tornando mais alta, as estudantes pardos e pretos despontam entre as que estão com mais tempo de atraso, o que pode ser consequência de um número maior de reprovações ou de evasão escolar.

Assim como no indicador de repetência foi possível reconhecer que o percentual de distorção entre os estudantes do Ensino Fundamental são inferiores aos percentuais apresentados pelos estudantes com maior trajetória escolar, o que poder ser observado e no

quadro que representa os estudantes do nono ano¹⁰. Todavia, o perfil racial e o sexo dos estudantes com maior participação nos dois fenômenos escolares analisados são semelhantes tem maior participação entre os estudantes não brancos nos dois ciclos de ensino analisado.

¹⁰ Conferir anexo 2

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo da arte realizado para construção deste artigo indica que os estudos de larga escala, as estatísticas educacionais produzidas a partir de dados do campo educacional, na maioria das vezes, estão restritas a apresentação dos fenômenos de desigualdade escolar dos grupos de estudantes com maior trajetória escolar, isto é, novo ano, ou terceiro ano do Ensino Médio.

Em nosso estudo procuramos identificar o perfil e o sexo dos estudantes matriculados no 5º ano do Ensino Fundamental, ciclo de ensino que ao longo das últimas décadas têm sido contemplado por distintas modalidades de políticas educacionais voltadas para contenção da repetência, evasão, distorção idade-série, entre outros.

Diante do que foi apresentado ao longo do texto, é possível reconhecer que os resultados das políticas educacionais, aparentam estar reduzindo os quadros de desigualdade escolar entre os estudantes dos primeiros ciclos matriculados no contexto escolar catarinense, pois os resultados destas primeiras etapas, quando comparado aos ciclos mais avançados apresenta percentuais menos expressivos. No entanto, o perfil racial e o sexo daqueles que compõem os quadros de repetência e distorção idade-série são semelhantes, ou seja, estes são fenômenos que tem maior representatividade entre estudantes do sexo masculino, com destaque para os meninos pardos e pretos, uma realidade que se estende para o grupo das meninas não brancas.

Por vezes, tal realidade indica que as atuais políticas para a educação básica catarinense e brasileira ainda estão alicerçadas no princípio da igualdade de oportunidade, uma medida que não está sendo suficiente para eliminar as desigualdades escolares entre estudantes de distinto perfil racial, que historicamente têm sido produzidas no sistema de Ensino Fundamental. Uma realidade que insiste em permanecer, mesmo, num estado cujos indicadores sociais educacionais são favoráveis a resultado escolares aproximados; e numa sociedade que se pauta na superioridade da instituição escolar como sendo um espaço de democratização e redução das desigualdades sociais.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ANALFABETISMO, Mapa, 2010. Disponível em:

<<http://www.publicacoes.inep.gov.br/resultado.asp>>. Acesso em: 10 abr. 2013.

ARROYO, Mario. Fracasso-Sucesso: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. In: Abramovay, A. E Moll, J. (orgs.) Para Além do Fracasso Escolar. 3.ed. Campinas, Ed. Papyrus, 2000.

BRASIL. Constituição (1998). Senado Federal. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Subsecretaria de Edições Técnicas. 2007. Disponível em:

<<http://pt.scribd.com/doc/7798030/Constituicao-Brasileira-de-1988>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE. *Censos Demográficos*. Brasília, 2010.

DUBET, François. (2004). *O que é uma Escola Justa? A Escola das Oportunidades*. São Paulo: Cortez. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n123/a02v34123.pdf>>. Acesso em: 13 out. 2012.

DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. 11. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

ESCOLAR. *Censo*. 2010. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 22 jan. 2013.

FORGIARINI, Solange Aparecida Bianchini; SILVA, João Carlos da. *Escola pública: fracasso escolar numa perspectiva histórica*. Novembro de 2007. Disponível em:

<<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/369-2.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

GUIMARÃES, A. S. A. *Raça e os estudos de relações raciais no Brasil*. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, nº 54, p. 147-156, jul. 1999.

HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para Discussão nº 807).

MORENO, Eduardo. *Situação educacional dos jovens brasileiros na faixa etária de 15 a 17 anos*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

Disponível em: <<http://cenpec.org.br/biblioteca/educacao/estudos-e-pesquisas/situacao-educacional-dos-jovens-brasileiros-na-faixa-etaria-de-15-a-17-anos>>. Acesso em: 20 mar. 2013.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. *A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: Limites e Contribuições*. Campinas, SP: Revista Quadrimestral de Ciência da Educação – Educação & Sociedade, 2002.

_____ (orgs). *Escritos de Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

PATTO, Maria Helena. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A. Queiroz, 1993.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica. Educ. Soc., Campinas, vl. 28, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 20 out. 2012.

RODRIGUES, Alberto Tossi. *Sociologia da Educação*. 6. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SEABRA, Teresa. *Desigualdades escolares e desigualdades sociais*. Sociologia, problemas e práticas. n.º 59, 2009, p. 75-106. Disponível em: <<http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/pdf/spp/n59/n59a05.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2013.

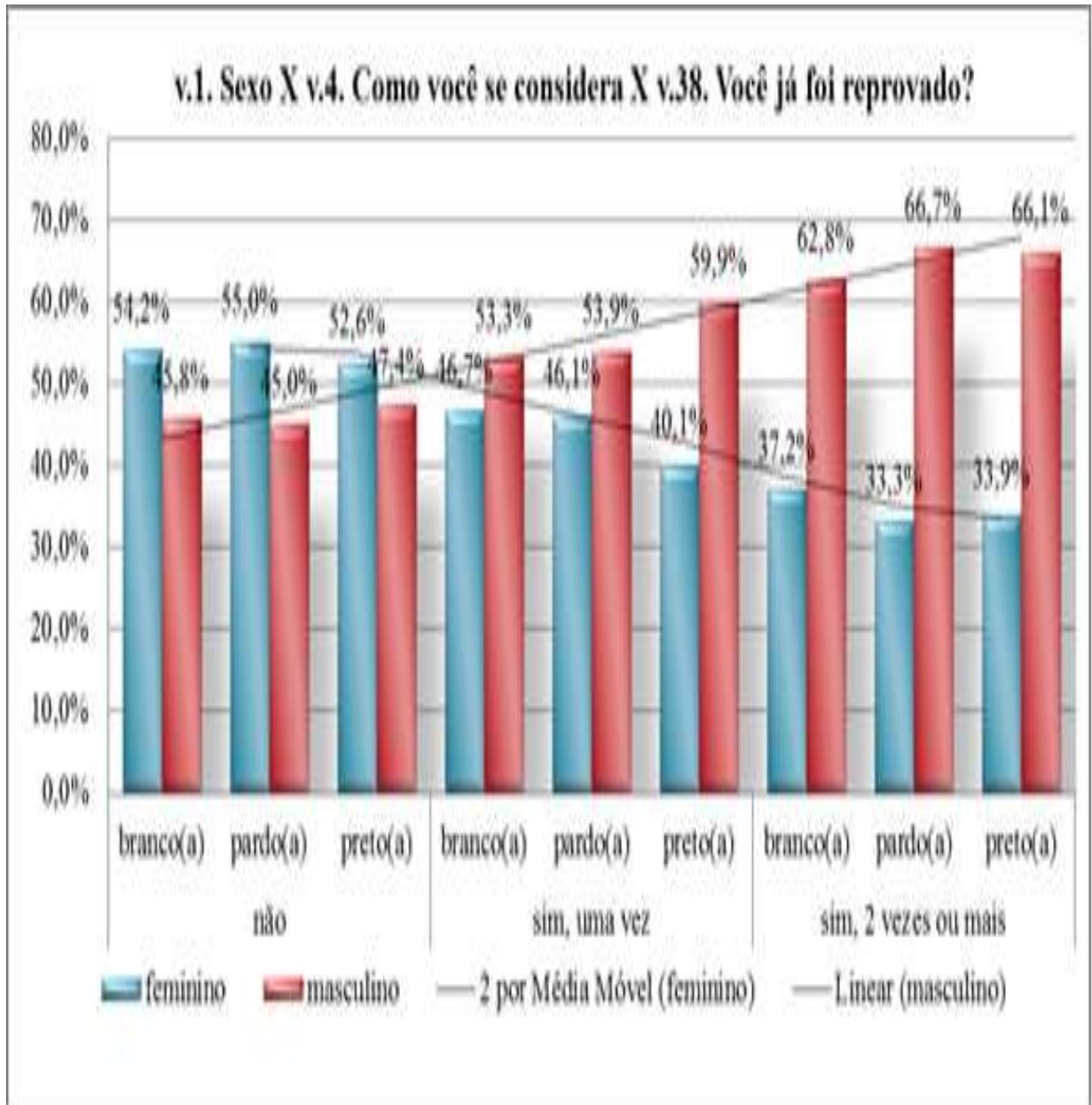
PINTO, Marília Carvalho de. *O fracasso escolar de meninos e meninas: articulações entre gênero e cor/raça*. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a10.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2013.

PINTO, Marília Carvalho de. *Estatísticas de desempenho escolar: o lado avesso*. Educação e Sociedade. v.22. N.77. Campinas. Dez.2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v22n77/7052.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2013.

VALLE, Ione Ribeiro; RUSCCHHEL, Elizete. *A meritocracia na política educacional brasileira (1930-2000)*. Revista Portuguesa de Educação, 2009, 22(1), p. 179-206. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/rpe/v22n1/v22n1a08.pdf>. Acesso em 20/08/2012>. Acesso em: 20 mar. 2013.

VALVERDE, Danielle Oliveira; STOCCO, Lauro. *Notas para a interpretação das desigualdades raciais na educação*. Disponível em: www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/.../1305. Acesso em: 2 abr. de 2013.

Anexo 1:



Anexo 2:

